

Prezado Leitor,

Em razão do envolvimento da Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China na finalização do relatório Agenda China, **Carta da China** não foi publicada em maio. Lamentamos a interrupção inesperada e agradecemos as numerosas consultas que recebemos de leitores.

Nesta edição

- Os impactos do terremoto em Sichuan analisados sob diferentes pontos de vista
- Aumento dos custos de produção na China gera mudanças no cenário industrial do país
- Reestruturação do mercado de telecomunicações chinês
- Tensão entre China e países vizinhos sinaliza retrocesso

Carta do Presidente

Prezados Leitores,

Em 04 de dezembro de 2007, foi estabelecido pelo Conselho Empresarial Brasil-China, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Grupo de Trabalho Agenda China. O Grupo tem por objetivo a construção de agenda brasileira positiva para a China e conseqüente aprofundamento das relações sino-brasileiras, por meio de intensificação e diversificação do comércio bilateral e promoção de investimentos mútuos e parcerias. A Agenda China contempla atividades de promoção comercial, incentivos à realização de investimentos mútuos e construção de imagem do Brasil na China e se estenderá de 2008 à Shanghai World Expo 2010.

A iniciativa surgiu da constatação de que a ascensão da China como potência mundial requer mudança de postura do Brasil para que as oportunidades oferecidas pelo crescente mercado consumidor chinês sejam melhores aproveitadas. As empresas brasileiras têm reagido de forma competente à demanda de *commodities* apresentada pela China com extraordinário crescimento das exportações a este país. Devemos reconhecer, no entanto, que há muito a se fazer para expandir a presença de produtos brasileiros de maior valor agregado no mercado chinês. Se somente por reação à demanda chinesa as exportações brasileiras para aquele país cresceram 890% nos últimos 7 anos, é possível imaginar o quanto será adicionado ao comércio quando o Brasil implementar a Agenda China.

Para tornarmos a presença brasileira ainda mais relevante no mercado chinês, é fundamental que haja maior coordenação entre governo brasileiro e setor privado e é também nesse sentido que o grupo de trabalho Agenda China tem direcionado seus esforços. O Conselho Empresarial Brasil-China foi o catalisador do projeto e

encontrou no governo brasileiro extrema receptividade e empenho para desenvolvimento e implementação da Agenda China. É primordial ressaltar que, no momento, conclui-se apenas a primeira etapa do trabalho e que o processo de construção de agenda positiva para a China será finalizado apenas em 2010.

Durante sua fase inicial, o Grupo de Trabalho identificou produtos e setores brasileiros com potencial exportador significativo para o mercado chinês. Monitoramento do comércio sino-brasileiro e de pautas de exportação e importação do Brasil e da China, identificação de setores e produtos, bem como mapeamento das empresas brasileiras exportadoras foram as principais tarefas realizadas pela Agenda China.

O trabalho inclui também pesquisa, já em andamento, com empresas exportadoras dos setores identificados como oportunos no curto prazo acerca dos interesses no mercado chinês, da capacidade de exportar para aquele país e das barreiras encontradas pelas empresas. Ademais, a pesquisa busca avaliar a competitividade brasileira no mercado chinês, bem como identificar empresas interessadas em realizar parcerias com empresas chinesas no Brasil com o intuito de incrementar o comércio e investimentos bilaterais.

No último dia 3 de julho, o Conselho participou em conjunto com os Ministros Celso Amorim (MRE), e Miguel Jorge (MDIC) e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, do evento de lançamento da Agenda China. Trata-se da primeira etapa desse esforço conjunto que visa aprofundar as relações econômico-comerciais com a China. É preciso trabalhar muito e de forma permanente e persistente para desenvolvermos uma estratégia comercial e de consolidação da imagem de nosso país. O relatório apresentado indica algumas diretrizes e caminhos para atingirmos esses dois objetivos, contudo será necessário contar com o apoio de toda a comunidade empresarial brasileira para evoluirmos para uma estratégia única e integrada de promoção e consolidação de imagem.

Estou confiante de que o trabalho da Agenda China tornará cada vez mais expressiva a participação dos produtos brasileiros no mercado chinês e que as parcerias sino-brasileiras e os investimentos mútuos se tornarão mecanismos de incremento de valor agregado à pauta brasileira para a China. Acredito, ainda, que esse trabalho ajudará nosso país a consolidar sua imagem como fornecedor estratégico à China.

Ernesto Heinzelmann
Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China

Terremoto I

Um país, uma causa: a China pós-terremoto em Sichuan

Marla Naumann ¹

Passados quase dois meses após o terremoto que abalou a província de Sichuan, tremores ainda podem ser sentidos em território chinês. Estes, porém, não são auferidos em escala Richter, mas sim na sociedade chinesa. Mal foi dissipada a poeira provocada pelos incidentes no Tibete e manifestações no percurso mundial da Tocha Olímpica, novamente a China foi desafiada. Se a preocupação inicial de Pequim em 2008 era preparar-se para realizar a maior festa do esporte mundial, imaginação foi pouca para tudo que já aconteceu no primeiro semestre de 2008.

As fatalidades de aproximadamente 90 mil pessoas, anunciadas sob cobertura ininterrupta da imprensa oficial chinesa, entristeceram a população e rapidamente dezenas de campanhas de arrecadação de fundos e doação de sangue foram iniciadas. O luto oficial de três dias decretado pelo governo esvaziou as sempre lotadas ruas e a alegria por conta da aproximação das Olimpíadas foi, por momento, dispersa. Desastres na China nunca ganharam tamanha atenção. O último luto oficial ocorreu há onze anos em ocasião da morte do ex-líder Deng Xiaoping.

Os esforços de salvamento são dignos de reconhecimento. Inicialmente em 5 mil, o número de soldados do Exército de Libertação Popular enviados a Sichuan rapidamente

passou a 100 mil. O primeiro-ministro Wen Jiabao e o presidente Hu Jintao circularam pelos escombros e alojamentos com palavras de solidariedade. Empresas privadas foram estimuladas pelo governo a doarem mais generosamente mediante aumento de incentivos fiscais.

Tarefa difícil, porém, foi manter o resgate nas mãos apenas de oficiais civis e militares, Liga Jovem Comunista e a Cruz Vermelha chinesa. O desastre aconteceu quando o fervor nacionalista chinês foi inflado com o sentimento de que a China foi injustamente criticada pelos incidentes no Tibete. Isto ficou provado pelo deslocamento de milhares de voluntários para a região do desastre, de empresários a jovens, sem qualquer encorajamento oficial. O Partido Comunista sempre foi o maior bem-feitor da sociedade chinesa, porém presença massiva de voluntários ajudou a manter a opinião pública ao lado do governo.

É interessante notar a reação de autoridades e meios de comunicação ao terremoto. Quando ocorreram os protestos no Tibete e em seguida as manifestações no revezamento mundial da Tocha Olímpica, a cobertura da imprensa estatal chinesa não era completa. No início de maio, o governo implementou novas regras de “transparência da informação governamental”, que consistem em tornar pública qualquer informação envolvendo o “interesse vital dos cidadãos”, nas palavras do próprio governo. Até pouco tempo atrás, os números de vítimas de desastres não eram amplamente divulgados a título de evitar pânico generalizado.

O que se observou foi ampla divulgação da ação governamental na recuperação de desaparecidos, em atualizações 24h/dia, e ênfase em casos individuais para mostrar a dor das famílias afetadas pelo terremoto. Muito popular foi o programa veiculado em horário nobre mostrando cidadãos depositando envelopes de dinheiro em uma urna ao som de um coral tradicional chinês entoando canções de lamento às vítimas. Imbuídos pelo sentimento olímpico, atletas chineses visitaram os acampamentos e escolas improvisadas, levando mensagens de perseverança. Shows em prol das vítimas de Sichuan foram realizados em diversas cidades chinesas. A preocupação com a sua imagem internacional, manchada pela repressão no Tibete e agravada pela aproximação dos Jogos Olímpicos, obriga o país a mostrar-se aberto a uma opinião mundial propensa a apiedar-se com os sofrimentos das vítimas.

A eficiência da imprensa em veicular as operações de salvamento contrastou, entretanto, com o silêncio em relação aos protestos dos pais que perderam seus filhos. A cobertura do colapso das escolas, as reivindicações de construções de qualidade inferior, protestos dos pais dos alunos mortos foram preteridas em favor da exibição de imagens de oficiais do governo, militares, membros do Partido Comunista e voluntários civis em ação. Não foram divulgadas as manifestações em reclamação à precariedade das construções de escolas e hospitais, nem a tensão entre polícia e pais que manifestavam pela perda de seus filhos. Deve-se ter em mente que perder um filho em um país regado pela política de filho único desde 1979 significa perder o único herdeiro.

A população de Sichuan alega que edifícios governamentais permaneceram intactos após os tremores e número desproporcional de escolas e hospitais foram destruídas pelos tremores. Em resposta, Pequim prometeu melhorar a regulamentação de construções e tomar atenção especial à construção de edifícios públicos a prova de terremoto e de um milhão de casas pré-fabricadas por empresas estatais em três meses.

A China não é mais uma sociedade trancafiada. Apesar do controle das autoridades sobre os veículos de comunicação, uma opinião pública se expressa por meio dos diversos canais oferecidos pelas novas tecnologias. Os sobreviventes do terremoto não se furtam a questionar a incúria dos poderes públicos que agravou as conseqüências mortíferas da catástrofe. Por enquanto, a sua cólera está dirigida contra as autoridades locais, mas ela poderia voltar-se contra o poder central.

Na China, 2008 é o ano do rato, animal do horóscopo chinês conhecido como provedor de boa fortuna e abundância. O número 8 também é o número da sorte para os chineses - não é à toa que a cerimônia de abertura das Olimpíadas em Pequim começa às 8h08 da noite de 8 de agosto de 2008. Talvez a abundância chinesa em 2008 veio na quantidade de manchetes: nevascas de inverno, ameaças inflacionárias, manifestações no Tibete, incidentes no percurso da Tocha Olímpica e agora a tragédia em Sichuan.

Se já era discutido nas rodas de acadêmicos, empresários e gente comum que 2008 é o ano

da China, este fato já é uma realidade antes mesmo da realização dos Jogos Olímpicos. Já não bastasse o desafio de abrigar o maior evento do esporte mundial, agora é esperado que o país saiba amparar com sucesso tantos desabrigados e reconstruir satisfatoriamente uma das regiões mais pobres de seu território. ■

Terremoto II

Terremoto redefine relações internas e externas da China e delinea novo quadro político-econômico no país

O terremoto que assolou a província de Sichuan, na China, em maio de 2008, gerou impactos em diversas esferas do país, tendo em cada uma delas resultado distinto. Os tremores foram os piores no país desde 1976 e causaram a morte de mais de 80 mil pessoas. O efeito da perda de vidas somada à destruição das cidades afetadas sobre a população chinesa foi o principal problema com que tiveram que lidar as autoridades do país. Contudo, os impactos na economia, nas relações internacionais chinesas e nos próprios Jogos Olímpicos de Pequim têm sido significativos e podem agravar a situação no país. Apesar de ainda não ser possível afirmar quais serão exatamente os resultados dos tremores em cada uma dessas esferas no longo prazo, é possível observar mudanças na configuração do cenário político-econômico chinês que, dependendo da forma como forem conduzidas, podem ser apenas momentâneas ou acentuarem deficiências do país asiático.

No âmbito econômico, especialistas argumentavam logo em seguida ao terremoto que este agravaria a inflação na China, uma vez que a província de Sichuan é um dos pólos produtores de carne de porco e arroz, alimentos essenciais na cesta básica do país e cuja oferta tem afetado negativamente o índice de preços ao consumidor (IPC). Além da possível redução na oferta desses alimentos, acreditava-se que o constante aumento pela demanda destes seria intensificado após os tremores. A consultoria *Dragonomics* assinala a produção agrícola como o setor mais afetado pelo terremoto. Segundo ela, o terremoto pode ter prejudicado o sistema de irrigação das plantações e, dessa forma, pode reduzir a produção de arroz, sementes e vegetais.

Apesar da previsão inicial, os efeitos do terremoto no IPC não se confirmaram e a inflação de maio apresentou leve redução, tendo sido de 7,7%, 0,8 p.p. inferior ao mês anterior. Apesar da contração, deve-se ressaltar que o valor foi também resultado de esforços governamentais para conter a inflação, em especial após os tremores em Sichuan.

Além da preocupação com os impactos sobre a inflação, debateu-se sobre despesas públicas com resgate das vítimas, ajuda aos sobreviventes e esforços de reconstrução do local. Outros desafios a serem enfrentados pelas autoridades chinesas em futuro próximo seriam a redução de mão-de-obra na região, em razão da perda de vidas, e paralisação da economia local, uma vez que diversas fábricas foram afetadas pelos tremores. Somaram-se ao terremoto às chuvas que atingiram o país algumas semanas depois e agravaram o quadro já deteriorado no país. Outro problema de ordem econômica foram danos às propriedades asseguradas que, segundo cálculo da empresa especializada em catástrofes naturais AIR Worldwide, poderão ser superiores a US\$ 20 bilhões. Contudo, em razão da baixa penetração dos seguros nas áreas rurais (locais mais afetados) as indenizações a serem pagas pelas seguradoras chinesas devem superar US\$ 2 bilhões, número que, apesar de alto, é bastante inferior às perdas gerais.

Se no campo econômico e social houve prejuízos e traumas à China, na política a catástrofe criou cenário de incertezas quanto ao futuro do país. No âmbito externo, o terremoto desviou as atenções da crise no Tibete e amenizou a pressão internacional sobre o governo chinês em relação também às questões como degradação do meio-ambiente, ditadura e censura no país. Até 12 de maio a China era centro das atenções da mídia internacional e o foco eram os pontos supracitados, em especial o Tibete. A tragédia causada pelos tremores em Sichuan comoveu o mundo e países e organizações, que até então criticavam duramente o país, passaram a oferecer ajuda aos chineses.

O número de protestos e matérias em jornais, televisões e revistas foi drasticamente reduzido após o terremoto. Um mês após a catástrofe, os críticos ainda continuam tímidos e a pressão externa sobre as autoridades chinesas em relação aos "antigos" problemas nem de longe se assemelha ao período pré-terremoto. A mudança nas relações internacionais também se estendeu aos países com os quais a China possui relacionamento estreitado. As ofertas de ajuda de Japão e Taiwan demonstraram, não somente solidariedade de tais Estados, mas também sinais claros de reaproximação entre a China e dois antigos inimigos.

A forte pressão externa preocupava os governantes chineses devido à proximidade dos Jogos Olímpicos de Pequim. Contudo, o fim do então clima hostil entre a China e a comunidade internacional não significou a diminuição dos problemas de ordem política para Hu Jintao e demais membros do Partido Comunista. Deve-se ressaltar que se nesse período a China encontrava-se acuada no cenário político internacional, mas internamente o quadro era distinto. A latente pressão externa não agradou os cidadãos chineses e seu resultado foi o crescimento de sentimento de união e fortalecimento do nacionalismo entre a população.

O terremoto inverteu a fonte dos problemas do governo, uma vez que após os tremores os maiores críticos ao regime passaram a ser os próprios cidadãos chineses. Passado o choque da tragédia, questionamentos em relação à frágil estrutura das construções em locais onde habitavam as parcelas menos favorecidas da região, à lentidão na retirada das vítimas dos escombros, à ajuda humanitária subsequente e à política do filho único começaram a surgir dentro China.

Ainda não é possível prever quais serão os impactos dessa mudança, e se de fato ela será permanente. Porém, acredita-se que a resposta do governo às pressões internas e sua aceitação ou não por parte da população será crucial e os Jogos Olímpicos serão o momento chave para observar como se desenhará o futuro da China. O governo tem buscado reverter a situação explicando que os problemas das frágeis construções foram obras realizadas por administrações anteriores, ainda enraizadas em um sistema local corrupto, e fazem parte justamente daquilo que os atuais governantes têm procurado mudar e consertar.

As Olimpíadas têm sido interpretadas pelo Partido Comunista e pela população como o momento de desfazer a imagem da China comunista, fabricante de produtos piratas e de má qualidade e mostrar a imagem de país desenvolvido, moderno e inserido no cenário internacional contemporâneo. O *slogan* – Um Mundo Um sonho – é o reflexo de que os XXIX Jogos Olímpicos serão mais que um grande evento esportivo; serão a melhor vitrine para que o mundo veja a nova China. Manifestações por parte de cidadãos chineses, portanto, poderiam ter efeitos ainda piores do que protestos externos. Dessa forma, para que o objetivo das Olimpíadas seja alcançado, os governantes chineses precisam manter a população unida e convencer o mundo de que a China de 2008 não se resume apenas a uma economia em acelerada (e desgovernada) expansão.

Os tremores ocorreram em apenas uma região do país, porém seus efeitos foram sentidos em todo território chinês. De todos os problemas com os quais a China precisou lidar nos últimos meses, o terremoto certamente foi o pior deles. As nevascas abalaram a economia do país no início do ano e elevaram a já alta inflação no país, os protestos na passagem da Tocha Olímpica acentuaram os já inumeráveis protestos internacionais contra políticas chinesas relacionadas ao meio ambiente e aos direitos humanos, contudo, foi o terremoto que abalou o maior alicerce do governo: os cidadãos chineses. Assim, numa irônica inversão de papéis, a comunidade internacional demonstrou, por meio de doações e manifestações de solidariedade, apoio ao governo chinês e os cidadãos do país passaram a ser a nova fonte de críticas.

Deve-se ressaltar, todavia, que o apoio da comunidade internacional é momentâneo e aos poucos deverá diminuir, dando lugar às críticas e protestos “antigos”. Dessa forma, o governo chinês depende e muito do apoio de seus governados para suportar pressões externas e manter o país e seus muitos problemas sob controle. Desafios constantes como a alta inflação, a escassez de alimentos ou uma possível crise energética, só serão contornadas - como muitos outros foram até o momento - se o apoio da população chinesa se mantiver incondicional e inabalável. ■

Competitividade

Normalização dos custos produtivos acelera e exige revisão de estratégias empresariais e governamentais

O aumento dos custos produtivos na China não é fenômeno recente. No entanto, até pouco tempo atrás era significativamente contrabalançada pelo aumento da produtividade do país e disfarçado por incentivos governamentais, que ainda se estendem de subsídios a brechas legislativas. Atualmente correspondendo a aproximadamente 15,5% do PIB, que em 2007 estima-se ter alcançado US\$ 3,56 trilhões, a distorção de preços na China

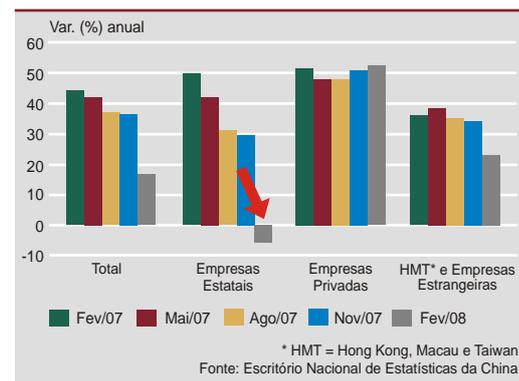
demonstra sinais de normalização, pressionados pela elevação dos custos de capital e insumos, bem como pela eliminação de alguns incentivos e mecanismos de controle de preços face ao cenário inflacionário.

A elevação dos custos produtivos tem reduzido lucros industriais e, conseqüentemente, um número crescente de empresários, sobretudo pequenos e médios, tem optado por transferir plantas produtivas da região costeira da China para o interior ou outros países ainda imunes a expressivos aumentos do índice de preços ao produtor – como Vietnã, Índia, Bangladesh e Indonésia. Na China, a inflação ao produtor registrou em abril de 2008 aumento de 8,1% com base no mesmo mês do ano anterior – maior valor desde outubro de 2004.

Índice de preços ao produtor - Var. (%) anual



Crescimento dos lucros industriais por tipo de empresa



Embora mais vulneráveis às oscilações de mercado, empresas de menor porte não são as únicas afetadas pelas mudanças estruturais que se aceleram na China. Multinacionais, como Intel Corp., Canon Inc. e Sony Corp., já expandem linhas produtivas no Vietnã, enquanto Nike e Adidas aumentam investimentos na Indonésia. Porém, ainda é muito cedo para afirmar que a China deixou de ser atrativa para investimentos, ao contrário, o volume de investimentos no país continua apresentando taxas de crescimento bastante expressivas, ou mesmo que os produtos chineses perderão sua competitividade.

A exemplo da região de Qindao, uma das mais importantes cidades portuárias chinesas, fabricantes de brinquedos e vestuários para exportação têm fechado suas portas. Estatísticas revelam que o salário mínimo da região para trabalhadores destes setores sofreram aumento de cerca de 43% desde 2004. Em Guangzhou e Shenzhen, dois dos maiores centros industriais do país, a remuneração de trabalhadores contratados ao início de 2008, quando a nova legislação trabalhista entrou em vigor, sofreu reajuste geral médio de 13% e 15%, respectivamente.

No âmbito trabalhista, a tendência de elevação de salários tem invertido a balança que, até então, favorecia produtores por não corroborar ao quase desgastado *slogan* governamental de crescimento igualitário e distribuição de renda. Nesse sentido, a normalização de custos torna-se instrumento regulatório, necessário, para manter sob controle não somente camadas sociais mais desfavorecidas, como também o próprio crescimento econômico.

Leia mais

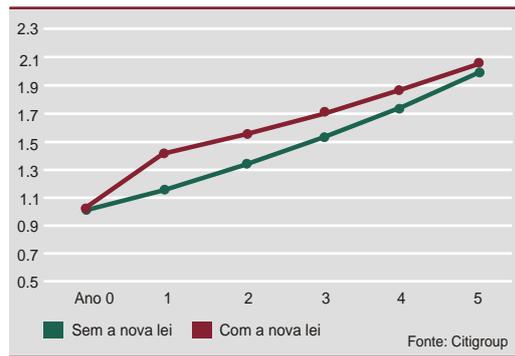
Carta da China 29

Carta da China 34

Contudo, é necessário enfatizar que o aumento dos custos trabalhistas antecede a legislação de janeiro de 2008, considerada marco jurídico no país uma vez que regula de forma direta contratos de trabalho e sua rescisão – a formalização de contratos visa facilitar fiscalização da legislação trabalhista vigente.

Desde 2000, remunerações no país registram aumento anual médio de 15%, de acordo com estatísticas do *Citigroup*. A mesma instituição publicou em abril de 2008 relatório que demonstra que, se mantido mesmo ritmo de incremento da inflação da mão-de-obra na China e verdadeiramente implementada a nova legislação, em cinco anos os custos trabalhistas estariam exatamente em mesmo patamar. O crescimento, no entanto, se daria de forma heterogênea – mediante cumprimento efetivo da nova lei trabalhista o aumento registrado ao longo do primeiro ano após entrada em vigor seria mais acentuado, para então manter ritmo gradual de crescimento.

Efeito acumulado dos custos trabalhistas (Ano 0=1)



Leia mais

Carta da China 26

A normalização dos gastos trabalhistas e quase eliminação do tratamento especial concedido a investidores estrangeiros, não são os únicos fenômenos a contribuir para elevação dos custos produtivos. Embora preços de produtos finais flutuem, em quase totalidade, conforme o mercado, o governo chinês ainda exerce função regulatória significativa sobre comercialização de certos insumos, como energia e outras *commodities*. Subsídios ao setor energético chinês foram responsáveis por distorção de aproximadamente 20,5 p.p. ao ano entre o aumento dos preços de combustíveis e eletricidade nos mercados internacional e doméstico, no período de 2002 a 2006, segundo *Citigroup*.

Contudo, este cenário começa a sofrer mudanças. Sucessivos aumentos do preço de combustíveis e demais *commodities* energéticas no âmbito internacional, combinados a imposição de preços máximos de venda para esses produtos no mercado chinês, tem reduzido concomitantemente os lucros de empresas do setor, dominado por estatais. Nesse sentido, o corte a medidas de contenção de preços, ocorridas ao final de junho, tem como objetivos não somente desacelerar a demanda interna, como também aliviar pressão sobre lucros e autoridades regulatórias chinesas. Foi o maior reajuste desses setores na última década.

Antes da elevação dos preços, a China já estava sofrendo com escassez de parte desses produtos, uma vez que algumas refinarias reduziram drasticamente produção para conter prejuízos. Em novembro de 2007, quando realizado o último reajuste ao setor energético, o preço internacional do petróleo no mercado internacional era 45% superior ao cobrado internamente.

Reajuste de preços por produto - Junho de 2008

Produtos	Reajuste
Eletricidade	4,7%
Petróleo	16,7%
Diesel	18,1%
Combustível para aviação	25,2%

Fonte: Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China

Simultaneamente a medida, como de costume, o governo chinês anunciou novo pacote de subsídios paleativos, de US\$ 2,8 bilhões, que favorece grupos e setores demasiadamente afetados pelo aumento. No caso de energia elétrica, estão entre os favorecidos residências, produtores rurais e de fertilizantes, assim como todas as regiões atingidas pelo terremoto de maio de 2008.

Vítima de seu próprio sucesso econômico – Não é novidade que o acelerado crescimento econômico da China tem alimentado debate sobre sua sustentabilidade. Contudo, tal questionamento somente passou a fazer parte do planejamento governamental a partir do governo de Hu Jintao. Parte das medidas de contenção do ritmo de expansão da economia implementadas desde o início de seu primeiro mandato, como efeito colateral, aceleram a normalização dos custos produtivos no país.

Além do mercado de *commodities*, o governo exerce controle direto sobre o setor financeiro e estabelece limite máximo para taxa de depósito compulsório e mínimo para taxa de empréstimos. No entanto, a discrepância entre os juros que deveriam ser adotados e os efetivamente aplicados no país tem sido reduzida, mesmo que a passos lentos. Na tentativa de conter excesso de liquidez no mercado, o governo reajustou as taxas de depósito compulsório e empréstimos seis vezes ao longo de 2007 – desde 1999 estas haviam sofrido apenas cinco alterações. Sem produzirem efeitos esperados, é possível

aguardar por novos reajustes em 2008, mantendo tendência do encarecimento do capital no país. Vale ressaltar que, essas medidas também visam combater outro problema do país: o acesso facilitado ao crédito, sobretudo, a falta de fiscalização das condições de pagamento de empréstimos, que colabora a realização de investimentos de baixo ou lento retorno.

Ainda sob a ótica de sustentabilidade, fiscalização mais rigorosa da legislação ambiental começa a ser utilizada como mecanismo de desaceleração do crescimento da economia. O governo tem estabelecido metas ambientais cada vez mais altas e, para atender exigências impostas, indústrias precisam se adaptar e investir em tecnologias mais limpas, encarecendo o processo produtivo. Somado a essa conjuntura, é necessário ressaltar pressão de grupos ativistas internacionais e manifestações organizadas por cidadãos chineses afetados diretamente pela poluição do ar e escassez de água potável.

Sobrevivendo a reestruturação de preços – Diante de supressão dos lucros, será necessário às empresas chinesas, e estrangeiras atuantes no país, reformulação de estratégias produtivas e novos investimentos para manutenção da competitividade. Nesse sentido, a habilidade de sobreviver a reestruturação deverá consolidar vitoriosos, uma vez acelerados os processos de fusões e aquisições.

Embora inevitável e até mesmo saudável para o crescimento econômico chinês, a normalização dos custos produtivos obriga o governo a reavaliar políticas e metas. Enquanto a manutenção dos custos de insumos abaixo dos preços praticados no mercado internacional garante fluxo de investimentos e absorve migrantes do campo, paulatinamente também acentua tensões comerciais com parceiros deficitários e reforça desigualdade regional e social. Em outras palavras, a China precisa escolher, ou pelo menos encontrar ponto de equilíbrio, entre modelo de crescimento que incentiva industrialização e geração de empregos ou consolidação de outro, o qual estímulo ao consumo e crescimento econômico sustentável são seus principais alicerces. ■

Telecomunicações

Maior reforma no setor de telecomunicações objetiva competitividade interna

Em maio de 2008, o governo chinês solidificou seus incentivos ao desenvolvimento das telecomunicações no país ao ordenar que suas seis empresas do setor se unissem a fim de gerar três conglomerados. Trata-se da quarta e maior reestruturação já realizada no setor de telecomunicações da China, o maior do mundo, desde sua abertura sob controle do governo. Além de incentivar estabelecimento de mercado mais competitivo, a medida auxiliará empresas de telefonia fixa que também desejam participar do mercado de telefonia móvel, líder de crescimento mundial.

A reforma do setor de telecomunicações, na prática, ameaça diretamente a liderança da China Mobile que, além de enfrentar competição mais acirrada no mercado doméstico, terá obrigatoriamente que adotar o sistema TD-SCDMA - tecnologia chinesa, recente e ainda com pouca disponibilidade de aparelhos e equipamentos.

Inicialmente, a medida determina subdivisão das linhas fixas da empresa da China Mobile - empresa de telefonia celular que aglomera cerca de 75% dos usuários do país e líder mundial do setor - e sua fusão com a China Railway Communications (China Tietong ou China Railcom), menor operadora de linhas fixas do país. Foi recomendada também a fusão da China Unicom, concorrente direta da China Mobile e avaliada em US\$ 5,1 bilhões, com a Netcom, outra operadora de linhas fixas. Por fim, a China Telecom, maior empresa de telefonia fixa do país, iria adquirir a rede CDMA da operadora de telefonia móvel Unicom, e juntar-se a China Satcom.

O governo chinês ainda planeja emitir licenças de serviços de telefonia móvel de alta velocidade de terceira geração (3G) para os três conglomerados. Esse serviço, já existente em economias mais avançadas, proporcionará aos usuários chineses de telefonia móvel acesso à internet pelo celular (além de jogos e conteúdo multimídia) em alta velocidade. A iniciativa é bastante aguardada pela população, uma vez que 82% dos cidadãos chineses ainda não possui acesso à internet.

A China possui, atualmente, 583,5 milhões de usuários de telefonia móvel que movimentam cerca de US\$ 105 bilhões. Apesar de o número não impressionar se

comparado ao total de habitantes no país, de 1,3 bilhões, ultrapassa a soma de usuários do Japão e dos Estados Unidos. Além disso, representa mais que o dobro do número de internautas na China – 221 milhões. Considerando a estimativa de que 6 em cada 10 chineses ainda não possuem aparelhos celulares, percebe-se o potencial de crescimento no setor e a necessidade de investimentos massivos, de forma a incentivar e acompanhar esse processo.

Alguns analistas afirmam que a entrada de serviços 3G em larga escala na China ainda deve demorar alguns anos. Entretanto, a iniciativa de conceder licenças e a própria reestruturação já irão produzir, conseqüentemente, o aprimoramento do setor de telecomunicações chines. Além de gerar bilhões de dólares em investimentos por fabricantes de equipamentos específicos, como Ericsson, Motorola, Nokia e Siemens, uma vez que as operadoras recém-fundidas não medirão esforços na competição por mercado. ■

Ásia

Vizinhança se revela porto seguro em meio a turbulências

Contrariando a expectativa dos observadores mais pessimistas e superando as dos mais otimistas, a relação da China com Taiwan e Japão tem melhorado consideravelmente nos últimos meses. Na virada de 2008, esperava-se que Taiwan seria a principal preocupação internacional da China às vésperas dos Jogos Olímpicos e, disputas marítimas com o Japão pareciam longe de uma definição.

Logo se viu que as apostas foram mal colocadas em Taiwan. Eleições presidenciais e legislativas na ilha deram vitória ao partido nacionalista, hoje identificado com tentativas de aproximação econômica e diplomática à China continental, derrotando o presidente Chen Shui-Bian, um dos principais instigadores das tensões políticas mais recentes entre os dois países. À mesma época tiveram início manifestações no Tibete, que se alastraram mundo afora, dos Champs-Élysées à ponte Golden Gate.

O novo presidente taiwanês Ma Ying-jeou, assim como o premiê japonês eleito em outubro de 2007, Yasuo Fukuda, foram rápidos em demonstrar solidariedade e oferecer auxílio em vista do terremoto que acometeu a China central. Mais recentemente, notícias relatando importantes desenvolvimentos nas relações da China com ambos os países brotaram na mídia internacional.

O governo chinês acordou com sua contraparte nacionalista o aumento de vôos diretos e do limite de turistas chineses permitidos a visitar a ilha. O acordo é importante mais pelo simbolismo, marcando uma distensão, depois de anos de tensões reanimadas sob Chen, do que pelo conteúdo.

Substancialmente mais importante é o acordo firmado com o Japão acerca da exploração dos recursos minerais no Mar da China Oriental. O acordo prevê a exploração conjunta das reservas de petróleo e gás de Chunxiao, localizada em parte da região disputada pelos dois países. O acordo, possível principalmente devido a concessão do Japão, que parece aceitar tacitamente a autoridade chinesa sobre o poço de Chunxiao, ilustra o tom conciliador da política externa do país nos últimos meses.

Pouco mais ao sul, ainda é travada uma disputa territorial pelas Ilhas Senkaku (para os chineses Ilhas Diaoyu). A região, ocupada pelos Estados Unidos em 1945, foram transferidas para controle japonês em 1972, suscitando reclamações por parte de China e Taiwan. Apesar do tamanho reduzido, as Ilhas Senkaku têm servido como termômetro das relações entre Japão e China e Japão e Taiwan, bem como, vez por outra, palco de crises explosivas. Há poucas semanas uma fragata japonesa afundou um barco pesqueiro taiwanês provocando reação acalorada, porém eminentemente pacífica, em Taipei. A resposta japonesa, por sua vez, tem sido notavelmente mais calma e apaziguadora do que o tradicional. O Ministério de Relações Exteriores da China emitiu um parecer notando sua “preocupação e insatisfação” com o ocorrido, porém buscou evitar acirrar a disputa.

O clima ameno das relações entre as três economias mais importantes do Leste Asiático, apesar de ser tentativo e um tanto instável, provavelmente terá grande importância para a China em meio às intempéries – figurativas e literais –enfrentadas nos últimos meses. Conclusões definitivas sobre o curso das relações entre esses países não são possíveis, mas benefícios imediatos são visíveis: o simples fato de não ter que lidar com problemas no Japão e em Taiwan às vésperas das Olimpíadas reduz significativamente a pressão sobre Pequim e aumenta a probabilidade de sucesso dos Jogos em agosto. ■

Obsolescência prematura²

*Gabriel Wildau*³

Redes de telefonia móvel que incluem acesso à internet – a assim chamada terceira geração, ou “3G”, da telefonia celular – têm sido, dependendo do ponto de vista, ou o Santo Graal ou o ouro de tolo da indústria de telecomunicação global por quase uma década. Apesar de toda a euforia sobre a “convergência” de telefones e computadores pessoais, redes 3G comercialmente viáveis têm demorado a emergir.

Em nenhum lugar a miragem do 3G se mostrou mais elusiva do que na China, maior mercado de telefonia móvel em termos de volume. O mercado compreendia mais de 530 milhões de assinaturas ao final de 2007 e, o número de usuários tem crescido em rápido ritmo. Mais de 87 milhões de assinaturas foram registradas apenas em 2007 e outros 450 milhões devem ser somados para que o país alcance a taxa de penetração de 70% a 80%, típica dos mercados mais maduros.

No entanto, oito anos depois dos países europeus terem leiloado as frequências para suas redes 3G e cinco anos de Pequim ter dado as primeiras indicações de que autorizaria suas próprias redes, a agência reguladora de telecomunicações chinesa ainda não deferiu nenhuma licença. A China encontrou dificuldades em meio a esforços para desenvolver um padrão tecnológico nacional e aliviar seus produtores de equipamentos de telecomunicações da necessidade de gastar dezenas de bilhões de dólares em royalties.

Testes domésticos - Em meados de 2007 deu-se início à construção de uma rede de teste a partir do padrão 3G chinês em dez cidades. É possível que ainda em 2008 o governo finalmente aprove licenças, permitindo que operadoras comecem a construção de redes utilizando tanto a tecnologia nacional quanto rivais internacionais. Só para complicar a questão, o lançamento das redes 3G provavelmente será antecedido por uma reorganização massiva das quatro principais operadoras do país e, talvez, até mesmo pela criação de uma nova super-agência reguladora para proteger a indústria.

O lançamento da nova rede no maior mercado de telefonia móvel do mundo, o desenvolvimento de uma tecnologia proprietária chinesa em um setor multibilionário de alta tecnologia e uma ampla reestruturação industrial: essas são histórias que têm gerado maré de comentários e especulação. No entanto, elas todas podem estar ignorando o principal. O padrão chinês parece cada vez mais um fracasso oneroso; redes 3G podem se provar um desapontamento tão grande na China quanto no resto do mundo; e a amplitude da reestruturação não obstante, todas as operadoras continuarão sendo estatais. A real história de sucesso é a das fabricantes de equipamentos para telecomunicações, que conquistaram nicho lucrativo em âmbito global, vendendo sistemas de baixo custo-benefício baseados em padrões internacionais.

A aventura chinesa começou no final da década de 90, quando o senhor supremo da indústria, o Ministério da Indústria de Informação (MII), avaliou o estado do mercado de telecomunicações e reconheceu que era necessário melhorar. Fabricantes de equipamentos para telecomunicações já haviam gasto US\$ 20 bilhões em royalties sobre patentes de telefonia móvel de primeira geração (para firmas como Ericsson e Qualcomm). Estavam à beira de pagar outro montante enorme (aproximadamente US\$50 bilhões ao final de 2007) a donos de patentes que controlam os padrões 2G dominantes, GSM e CDMA.

O MII concluiu que a melhor forma de pôr fim a esse tecno-colonialismo e ascender na cadeia do valor agregado seria o desenvolvimento de padrão nacional de 3G. Os benefícios seriam três. Em primeiro lugar, uma rede 3G baseada em padrão proprietário significaria fim dos pagamentos de royalties a companhias estrangeiras. Em segundo, mesmo se a China construísse rede adicional utilizando padrão estrangeiro, os custos com royalties poderiam ser reduzidos porque donos de patentes chineses poderiam obter direitos de utilização em lugar do pagamento de tarifas. Por último, companhias chinesas poderiam acabar coletando seus próprios royalties caso a tecnologia chinesa fosse adotada em

² Este artigo foi publicado em março de 2008. Apesar de ser, portanto, anterior à reforma aprovada em junho deste ano, é interessante para compreensão de alguns dos desafios do setor com os quais a reforma visa lidar.

³ Gabriel Wildau é diretor do escritório da China Economic Quarterly em Pequim.

outros países. A aposta era alta: para uma firma sem patentes, pagamentos com royalties podiam chegar a 15% do preço de varejo de um aparelho 3G (o ônus com royalties é menor para bases e outros hardwares de rede), de acordo com informações do setor. Multiplicando isso por meio bilhão de aparelhos fica fácil ver a atratividade de um padrão nacional.

Encorajados pela aparentemente impecável lógica acima, em 1998 a Acadêmica Chinesa de Tecnologia de Telecomunicações (CATT, na sigla em inglês) submeteu para aprovação pela União Internacional de Telecomunicações seu padrão 3G, conhecido pela nada simpática sigla TD-SCDMA (*time-division synchronous code-division multiple access*, para deixar mais claro). O padrão foi devidamente certificado junto de outras duas tecnologias 3G, a europeia WCDMA e a norte-americana CDMA 2000. (Certificação não significa que um padrão esteja pronto para operar, simplesmente que se este foi desenvolvido com sucesso é pré-aprovado para ser utilizado em redes de telecomunicações mundo afora).

A culpa não é nossa, é do sistema

De acordo com Pequim, falhas técnicas em seu padrão nacional não são responsáveis pelo atraso das licenças. Ao contrário, o MII argumenta que redes 3G em todo o mundo se revelaram fracassos muito caros. Até que se prove a existência de modelo comercialmente viável, o ministério diz, não há razões para expedir licenças.

A explicação é oportuna, mas contém boa dose de verdade. A revolução global *wireless* que deveria ser introduzida com o 3G não aconteceu. No começo da década, a indústria global de telecomunicações sofreu dolorosa reestruturação – a ressaca da festa de exuberância irracional no final dos anos 1990. Em 2000, operadoras europeias gastaram US\$ 129 bilhões em licenças de frequências 3G, um investimento hoje visto como desastroso.

O principal motivo para fracasso do deslançar do 3G é o fato de os usuários de internet estarem acostumados às velocidades de conexão DSL e a cabo em seus PCs. Esses usuários são relutantes em pagar tarifas mais altas para velocidades menores em serviços de dados 3G.

Esta pode ser uma barreira tecnológica insuperável para o novo padrão: CDMA, a tecnologia básica a todos os padrões 3G, foi projetada originalmente para comportar voz, não dados, o que leva a limitações na velocidade de navegação e *download* de qualquer serviço 3G.

É possível que o 3G só agora comece a dar retornos. A britânica Vodafone, cuja participação de 25 países faz da empresa a maior operadora depois da China Mobile, teve sua receita de serviços de dados (exceto SMS, serviço não-3G), aumentarem 49% anuais até setembro. No entanto, dados ainda respondem por apenas 6% da receita total. Informativo é o fato de nenhuma das duas principais operadoras norte-americanas, AT&T e Verizon, discriminam receitas de dados não-SMS em seus relatórios anuais.

Testando, testando... - A tecnologia sobre a qual se baseia o padrão chinês, desenvolvida pela subsidiária da CATT, Datang Telecom Technology, é consistente. Ela combina elementos de duas tecnologias internacionais: CDMA, que foi introduzida pela Qualcomm e forma a base dos dois principais padrões 3G; e TDMA, que é a tecnologia central ao GSM, o padrão usado mais amplamente no mundo.

Contudo, depois de uma década, os padrões europeu e norte-americano se mostraram tecnicamente viáveis e o padrão chinês ainda enfrenta dificuldades. O principal problema é a falta de experiência dos fabricantes chineses de desenvolver um padrão a partir do zero. Mesmo com ajuda de parceiros estrangeiros como Siemens, que tem participado do desenvolvimento tecnológico do padrão, processo que deveria ter levado quatro ou cinco anos ainda está engatinhando aos dez.

A inabilidade do padrão chinês de se tornar funcional é provavelmente a principal razão por trás da não emissão das licenças pelo MII desde 2003, quando começou a se comentar que licenças 3G seriam distribuídas. O ministério, no entanto, afirma que o motivo real do atraso é a falta de evidências que comprovem a existência de um sistema 3G comercialmente viável (ver acima).

A China finalmente está experimentando um pouco de 3G. Em 2007 o MII autorizou (ou melhor, ordenou) a China Mobile, a principal operadora de telefonia móvel do país, a construir e testar redes TD-SCDMA em dez cidades para uso durante as Olimpíadas. A implicação disso é será a licença a ser concedida à China Mobile para a construção de rede nacional baseada nesse padrão. Uma rede rival, usando o padrão europeu WCDMA (sucessor do padrão GSM utilizado por 92% dos usuários de celulares chineses), também pode ser construída por outra companhia.

China Mobile amplia liderança

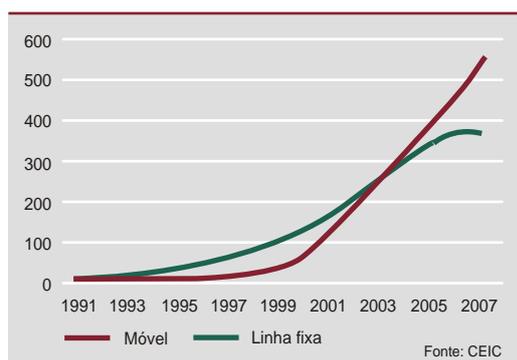
China Mobile		China Unicom	
Assinantes ao final de 2007, milhões	369,3	Assinantes ao final de 2007, milhões	160,9
Part. (%) do total	70,0	Part. (%) do total	30,0
Novos assinantes em 2007, milhões	68,1	Novos assinantes em 2007, milhões	18,5
Part. (%) do total	79,0	Part. (%) do total	21,0

*Dados de 2007

Fraquejando - Não está claro qual companhia construirá essa outra rede. Hoje o universo de serviços de telecomunicações na China é dividido em quatro: duas operadoras móveis (China Mobile e China Unicom) e dois provedores de linhas fixas (China Telecom e China Netcom). A Unicom foi largamente derrotada no mercado sem fio: tem apenas 30% dos usuários e ganhou apenas 21% de novos assinantes em 2007. As duas operadoras de linha fixa também estão em apuros: perderam combinados 5,2 milhões de usuários em 2007, à medida que os chineses largam suas linhas fixas em favor de contas celulares mais baratas e práticas.

Fim da linha (fixa)

Assinantes de serviços de telecomunicação na China em milhões



A maioria dos analistas acredita que a China Unicom não é viável e ambas as operadoras fixas necessitam de licenças para operação *wireless* para permanecerem competitivas. Em virtude disto, rumores têm corrido por Pequim sobre o desmembramento da China Unicom e a distribuição de seus recursos pelas operadoras fixas, e que uma dessas operadoras recém-expandidas receberia licenças para construir uma rede WCDMA.

Apesar de não haverem pronunciamentos oficiais no prelo, o jornal Beijing News divulgou recentemente que o Conselho de Estado aprovou um plano de reestruturação em 15 de fevereiro. A China Mobile parece ter ficado incomodada com o fardo do padrão 3G chinês, e toda a incerteza técnica e o risco comercial que se seguem. A empresa pode jamais comprometer recursos com o lançamento da rede, calculando que em um mercado perfeitamente competitivo o padrão nacional seria derrotado pela rede WCDMA. Apesar de sua posição dominante, a China Mobile se encontra vulnerável porque mais de 80% de seus usuários utilizam cartões pré-pagos e não contratos. Isso significa que eles poderiam trocar para uma rede rival sem aviso prévio se uma das rivais da empresa encontrar um aplicativo 3G muito atrativo – ou até mesmo simplesmente ofereça pacotes atrativos de linha fixa e móvel.

Abram caminho para o super-regulador?

Boatos começaram a circular em 2003 sobre a reforma que seria conduzida pelo governo no aparato regulatório de telecomunicações e mídia. O objetivo seria reduzir disputas institucionais que advêm da convergência entre mídia *online* e *broadcasting* tradicional. Por exemplo, ambos o MII e a Administração Estatal de Cinema, Rádio e Televisão (SARFT, na sigla em inglês) reclamam autoridade sobre TV online e serviços telefônicos oferecidos por operadoras de TV a cabo.

Após um período de silêncio, os boatos reapareceram em seguida ao pronunciamento do presidente Hu Jintao no Congresso do Partido Comunista em outubro de 2007, no qual dizia que o governo central tentaria consolidar suas funções em um número menor de "super-ministérios". É mais provável, no entanto, que a reorganização dos setores de mídia e telecomunicações receba menos atenção do que tarefas mais complexas e prementes, incluindo a criação de novas agências para energia, transportes, meio ambiente e possivelmente serviços financeiros.

A proposta mais divulgada é a combinação de três agências já existentes – MII, SARFT e o Escritório de Informatização do Conselho de Estado (que lida com registro de domínios e iniciativas de segurança da informação) – em uma nova Comissão Regulatória Nacional de Telecomunicações. Porções da SARFT envolvidas com mídia tradicional seriam fundidas com a Administração Geral de Imprensa e Publicação e o Ministério da Cultura. Qualquer organização dessa monta não teria impacto no debate sobre o padrão 3G uma reestruturação das operadoras de telecomunicações. É possível que haja políticos que favorecem o abandono do TD-SCDMA, mas por mal ou por bem, o comprometimento do governo com o padrão é pleno.

Próxima parada, Índia - Independente de quão bem-sucedido seja o padrão nacional na própria China, é virtualmente certo que o sonho do MII, de ver fabricantes de equipamentos chineses exportando o padrão chinês, não seja realizado. Isso não é necessariamente má notícia para a indústria chinesa. O ministério exagerou a habilidade de fabricantes nacionais de equipamentos em estabelecer um novo padrão *wireless* para o mundo. Inversamente, o MII largamente subestimou a habilidade dessas companhias de conquistar o mercado internacional usando padrões já estabelecidos.

Recentemente, as duas maiores fabricantes de equipamentos de telecomunicação, Huawei e ZTE, têm tido crescimento espetacular em suas receitas relativas a contratos de instalação ou *upgrade* de redes GSM e CDMA em mercados internacionais. Quase dois terços das receitas da Huawei já advêm de fora da China, de mercados diversos, como Rússia, Venezuela, Nigéria, Colômbia, Marrocos e Arábia Saudita. Na primeira metade de 2007, 48% da receita da ZTE eram geradas fora do país, contra 15% em 2004. A maior operação da ZTE foi um contrato de US\$ 700 milhões para suprir a segunda maior operadora móvel indiana, Reliance, com equipamentos e aparelhos GSM. A Índia teria muito a ganhar sendo a mina de ouro para fabricantes chineses: seu mercado em rápida expansão é potencialmente tão grande quanto o chinês; não possui fabricantes nacionais; e operadoras ficarão entusiasmadas com os baixos preços cobrados por empresas chinesas.

A emergência de fabricantes chineses de equipamentos baratos tem pressionado as margens da industrial global de telecomunicações e levado a rodada de

consolidação. Essa pressão levou à fusão da francesa Alcatel com a norte-americana Lucent Technologies e à *joint-venture* igualitária entre as divisões de redes de Nokia e Siemens, ambas em 2006. Empresas chinesas do setor ainda têm a maior parte de suas vendas em países em desenvolvimento, mais sensíveis ao preço, mas sua mera presença afeta marginalmente mesmo os países ricos. Operadores de rede na Europa e na América do Norte citam preços de fabricantes chineses ao negociar com seus rivais, fabricantes ocidentais.

Ademais, a vantagem chinesa não se resume ao preço. Cinco anos atrás, Huawei vendia principalmente cópias de equipamentos mais caros de marcas internacionais. Atualmente seu equipamento ostenta recursos proprietários únicos. Por exemplo, a empresa vende estações base WCDMA com componentes de rádio e internet separados em estruturas distintas (imagine uma geladeira com um freezer removível). Isto dá mais flexibilidade às operadoras ao selecionar localizações para estações base, visto que as estruturas individuais são menores e mais leves que as tradicionais bases monolíticas.

Cuidado com o que desejamos - Essas lições de mercado, bem como a experiência de dois vizinhos do Leste Asiático, sugerem que o MII pode querer reconsiderar sua convicção de que a propriedade nacional da “tecnologia central” é o único caminho do sucesso. Fabricantes de equipamentos sul-coreanos adotaram padrões internacionais e prosperaram; empresas japonesas adotaram o padrão local e se isolaram do mercado internacional.

Em meados dos anos 1990, Coreia do Sul possuía safra de fabricantes nacionais tecnicamente sofisticados, porém pobres em patentes, e massa crítica de consumidores domésticos ricos ávidos por consumir serviços *wireless* de última geração. Ao invés de inventar novo padrão, as fabricantes trabalharam dentro do padrão CDMA existente. Inicialmente eles dependeram de fazer engenharia reversa de produtos da Qualcomm (inventora do padrão) e outros fabricantes de ponta. Gradualmente, porém, empresas como Samsung e LG começaram seus próprios portfólios de patentes baseadas no padrão CDMA. Hoje essas firmas participam dos vários padrões da indústria e têm sua própria fatia do mercado internacional em disputa com competidores ocidentais.

O Japão, por sua vez, criou seu próprio padrão 2G chamado PDC. Consumidores japoneses desfrutavam de serviço de alta qualidade e fabricantes japoneses dominavam o mercado para equipamentos PDC. No entanto, essas empresas logo se viram em impasse tecnológico e viraram espectadores da corrida pelos lucrativos mercados internacionais.

A lição a ser extraída do sucesso de Huawei, ZTE e dos coreanos é a de que inovação, e os lucros que advêm desta, não são geralmente associados à criação de padrões técnicos radicalmente novos ou novidades tecnológicas mirabolantes. As inovações mais lucrativas são aquelas que utilizam a tecnologia existente de modo a melhor atender às necessidades do mercado. O exemplo clássico é o iPod da Apple. O iPod não foi um grande salto tecnológico em relação a outros aparelhos de MP3; ele simplesmente acertou em cheio no que tange a conceito e *design*. De forma análoga, Huawei e ZTE ganham contratos não por causa de saltos tecnológicos, mas por oferecem equipamentos mais fáceis de instalar, manusear e de melhor custo-benefício do que o de seus rivais.

É difícil escapar da conclusão de que todo o espetáculo que se faz da escalada da China ao círculo dos padrões globais de telecomunicações se provou no mínimo distração e no máximo impedimento ao verdadeiro negócio da telecomunicação, que é o de fabricar equipamentos e montar redes – tarefas nas quais companhias chinesas têm se mostrado excelentes competidores.

Uma vela de US\$ 75 bilhões

Se a China chegar a construir redes 3G em larga escala, fabricantes de equipamentos de rede e aparelhos telefônicos podem ganhar muito dinheiro. O Deutsche Bank estima que contratos para fabricação de equipamento para as redes 3G chinesas poderiam valer US\$ 75 bilhões pelos próximos cinco anos. A primeira rodada de contratos para as redes-teste TD-SCDMA foi previsivelmente dominada por empresas domésticas. ZTE e Datang ganharam 46% e 27% respectivamente, dos Rmb 7,2 bilhões em licitações abertas na primavera de 2007, de acordo com *Analysis International*, empresa de consultoria em telecomunicações baseada em Pequim.

Fabricantes estrangeiros também estão tentando conquistar uma fatia do mercado TD-SCDMA: a Siemens ganhou contrato por meio de sua *joint-venture* com a chinesa Huawei Technologies; Ericsson ganhou contrato pequeno por si mesma; a *joint-venture* da Alcatel-Lucent na China, Alcatel-Shanghai Bell busca oferecer equipamentos TD-SCDMA em parceria com a Datang.

No entanto, os estrangeiros estão participando de um tanto a contragosto. “Da perspectiva dos fabricantes internacionais”, diz Patrick Donegan, analista sênior da firma britânica de pesquisa em telecomunicações Heavy Reading, “o TD-SCDMA é uma distração indesejada dos padrões globais, porém uma que não se pode ignorar, porque a recusa em participar no mercado TD-SCDMA poria em risco, de alguma forma, suas oportunidades de contratos de equipamentos WCDMA” na China. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 07.03.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Legislação

Medida provisória sobre taxação de importados é aprovada e ampliada

A polêmica Medida Provisória (MP) 413 foi convertida em Lei no Congresso (Lei 11.727), com modificações que a tornam ainda mais controversa, e sancionada pelo Presidente Lula em junho. Sob o argumento da necessidade de combater o comércio ilegal, a Lei regula a possibilidade de adoção de alíquotas específicas (ad rem) para o Imposto de Importação, por quilograma líquido ou unidade de medida estatística da mercadoria. A alíquota específica foi fixada em R\$ 15,00 (quinze reais) por quilograma líquido ou unidade de medida estatística da mercadoria.

O texto original da MP estabelecia a possibilidade de aplicar alíquota específica fixada em R\$ 10,00 em determinados produtos: calçados, plásticos, bebidas, borrachas, confecção, artefatos têxteis, móveis, ferramentas, dispositivos para relógios, aparelhos de ótica e cinematografia médico-hospitalar. Além de elevar o valor estabelecido, o texto da Lei 11.727 não limita a sua aplicação aos produtos supracitados, deixando a critério das autoridades responsáveis.

Na época de sua edição, a MP foi altamente questionada pelo Ministério das Relações

Exteriores (MRE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), uma vez que contraria acordos firmados pelo Brasil no âmbito do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Vale ressaltar que já existe no ordenamento jurídico nacional mecanismos eficazes para combater a importação subfaturada.

Siderurgia I

Chalco participará de fundição na Arábia Saudita

A Aluminum Corporation of China Ltd. (Chalco), maior produtora de alumínio do país, firmou *joint-venture* com a MMC International Holdings, da Malásia, e o grupo saudita Binladin. O empreendimento de US\$ 4,5 bilhões será estabelecido na Arábia Saudita e compreende uma planta de fundição e uma planta energética. Segundo declarações da empresa MMC, a planta de fundição de alumínio terá capacidade de produzir um milhão de toneladas do metal por ano.

A Chalco procura projetos para expandir sua produção no exterior com o objetivo de aproveitar custos energéticos mais baixos. Segundo o Presidente da empresa chinesa, seu foco é Austrália, Oriente Média e Ásia Ocidental onde o custo de energia é baixo e a oferta abundante é extremamente atrativa. A produção de alumínio, intensiva em energia, tem sido uma das principais afetadas pelo aumento significativo de custos do setor energético na China nos últimos cinco anos. Segundo a agência Fitch Ratings, o custo médio de energia na China é de US\$ 40,00 por megawatt-hora, enquanto nos Estados Unidos é de US\$ 28,00 e no Oriente Médio é de US\$ 20,00.

Diálogo Econômico Estratégico

Agenda de encontro de líderes governo chinês e norte-americano inclui acordo de investimentos

O secretário do Tesouro norte-americano Henry Paulson e o vice-premiê chinês Wang Qishan se reuniram nos dias 17 e 18 de junho em Anápolis. Quarta rodada do mecanismo bilateral criado em 2006 sob a alcunha de Diálogo Econômico Estratégico, o encontro resultou na declaração do interesse de ambos os países na negociação de acordo sobre investimentos.

[Leia mais](#)

[Carta da China 30](#)

Siderurgia II

Baosteel se une à rivais para aumentar capacidade produtiva em Guangdong

Maior siderúrgica da China, Baosteel Group Corp., se uniu a concorrentes da província de Guangdong para formar uma *venture* – Guangdong Iron & Steel Group –, estimada em US\$ 5,2 bilhões. A parceria será responsável pela construção de nova planta siderúrgica com investimentos de US\$ 8,7 bilhões e produzirá 10 milhões de toneladas métricas ao ano. A Baosteel precisa assegurar que irá encerrar a produção de plantas ultrapassadas de cerca de 10 milhões de toneladas métricas ao ano para, então, receber a aprovação final para a construção da nova siderúrgica.

A Baosteel controlará 80% do empreendimento que representará 33% de sua capacidade produtiva atual (26,8 milhões de toneladas métricas ao ano). A nova siderúrgica será fornecedora para as fábricas da Toyota Motor Corp. e da Honda Motor Co..

OMC

China e Índia propõem subsídios à pesca

China e Índia apresentaram em maio na Organização Mundial do Comércio (OMC) proposta de subvenções à atividade pesqueira por países em desenvolvimento. A idéia defendida pelos dois países, que rejeita condicionalidades aos subsídios, como o critério de sustentabilidade, contraria as iniciativas tomadas por países como o Brasil no âmbito da OMC e pode prejudicar as discussões em curso na Rodada de Doha.

Sistema financeiro

Credit Suisse recebe aprovação para estabelecer *joint-venture* na China

O Credit Suisse conquistou aprovação do órgão regulador chinês, China Securities Regulatory Commission (CSRC na sigla em inglês), para estabelecer *joint-venture* de



serviços de *investment banking* para clientes na China continental. Foi a primeira aprovação desde as mudanças efetivadas na regulação do setor, em dezembro de 2007.

A notícia foi vista de forma positiva por bancos estrangeiros, que têm pressionado à China para a reabertura do setor a investimentos estrangeiros desde seu fechamento, há dois anos. Autoridades chinesas alegavam que a entrada de empresas estrangeiras mais experientes levaria ao controle do setor por parte destas. Goldman Sachs e UBS haviam conquistado aprovações antes da proibição. No anúncio, a CSRC afirmou seu comprometimento com a abertura do mercado de capitais chinês a investidores estrangeiros, de forma segura e ordenada.

BRICs

Número de milionários cresce rapidamente nos BRI Cs

Segundo o *World Wealth Report 2008*, relatório publicado pela Merrill Lynch e a consultoria Capgemini, o número de milionários no Brasil, Rússia, Índia e China cresceu em ritmo cinco vezes superior ao registrado pelos Estados Unidos em 2007: 19% contra 3,7%. A Índia liderou a lista dos que mais cresceram, com 22,7% em comparação com 2006, seguida de China com 20,3% e Brasil com 19,1%.

No Brasil e na China, o aumento do número de milionários, literalmente indivíduos com mais de US\$ 1 milhão em ativos financeiros, é identificado com o ritmo de crescimento do PIB e de capitalização nos mercados financeiros de ambos os países.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Dani Nedal e Ana Luiza do Carmo

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design